

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP**

## EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 043/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – Nº 043/2017

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE MÉDIA DURAÇÃO, destinados ao apoio à infraestrutura e funcionamento da Unidade de Apoio e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar-UADAF**, fruto do contrato de repasse nº 774662/2012/MDS/CAIXA, promovido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Município de Palmeira dos Índios/AL, conforme especificações técnicas descritas no anexo I deste Edital.

**DATA DA REALIZAÇÃO: 23/11/2017****HORÁRIO: 08:30 horas (horário local)**

LOCAL: Sala de reuniões do Setor de Licitações, à Rua Costa Rêgo nº 53, Sala 05, Centro, Palmeira dos Índios – Alagoas, CEP: 57600-130.

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**, CNPJ nº 12.356.879/0001-98, e este **Pregoeiro**, devidamente nomeado através da portaria n.º 673/2017, do Exm. Sr. Prefeito do Município, torna público para conhecimento dos interessados que realizará, na data e hora adiante indicados, o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017**, do tipo **MENOR PREÇO (POR LOTE)**, que será regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 1.897, de 24 de setembro de 2013, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais Decretos e normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do PREGÃO PRESENCIAL, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do PREGÃO PRESENCIAL - será realizada na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, à Rua Costa Rêgo nº 53, Sala 05, Centro, Palmeira dos Índios – Alagoas, CEP: 57600-130, iniciando-se no dia **23 DE NOVEMBRO DE 2017 ÀS 08:30 HORAS (horário local)**.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE MÉDIA DURAÇÃO, destinados ao apoio à infraestrutura e funcionamento da Unidade de Apoio e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar-UADAF**, fruto do contrato de repasse nº 774662/2012/MDS/CAIXA, promovido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Município de Palmeira dos Índios/AL, conforme especificações constantes no **Anexo I** – Termo de Referência deste Edital.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1 Poderão participar deste certame empresas pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação, sendo, ME ou EPP, conforme o elencado no art. 48, I, e seguintes, da LC 147/2014, cujas contratações sejam de itens com valores até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). As empresas licitantes deverão participar de acordo com cada item, que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital, e ainda, estejam de acordo com a legislação vigente (Federal, Estadual e Municipal) que as regulamente, sendo concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, em consonância com a Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações contidas na Lei Complementar n.º 147/2014 de 07 de agosto de 2014.
- 2.2 Não poderão participar deste **Pregão**:
- 2.2.1 Empresas suspensas de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Palmeira dos Índios, durante o prazo da sanção aplicada;
  - 2.2.2 Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
  - 2.2.3 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
  - 2.2.4 Empresas cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste **Pregão**;
  - 2.2.5 Empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
  - 2.2.6 Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.
  - 2.2.7. **Empresas que não estejam enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte.**
- 3.3 As microempresas e empresas de pequeno porte participarão desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 3.4 O Edital de Licitação poderá ser obtido gratuitamente, na forma presencial no Setor de Licitações, à Rua Costa Rêgo nº 53, Sala 05, Centro, Palmeira dos Índios – Alagoas, no horário das **08:00** as **12:00 horas, de segunda a sexta-feira**, e de forma eletrônica no Portal da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, no endereço <http://www.palmeiradosindios.al.io.org.br/transparencia/licitacoesNovo>.

### 3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Representante da Licitante interessada em oferecer lances verbais deverá proceder ao credenciamento no início da sessão, ainda que interessado em um único item.
- 3.2. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- 3.2.1. **Tratando-se de Representante Legal:** o Ato Constitutivo da pessoa jurídica (contrato social ou estatuto social) no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. **Quando o Representante Legal, por força do instrumento legal, não puder exercer a administração ou gerência**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

- individualmente**, tornar-se-á obrigatória à apresentação de Procuração de um sócio para outro, conforme o subitem 3.2.2 abaixo:
- 3.2.2. **Tratando-se de Procurador:** a procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida, conforme **Anexo II – Modelo referencial de credenciamento de representante** da qual constem poderes específicos para formular lances, complementar proposta, negociar preço, interpor recursos ou ressalvas, renunciar à interposição de recursos, acordar, transigir, desistir, receber avisos e intimações, assinar declarações e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. A procuração deverá estar acompanhada do correspondente documento, indicado no subitem 3.2.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga;
- 3.2.3. Documento Oficial de identificação, que contenha foto, do representante legal ou procurador.
- 3.3. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 48 da Lei complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e disciplinado neste edital, deverá apresentar os seguintes documentos no momento do credenciamento:
- 3.3.1. Declaração de que trata o **Anexo IV - Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**.
- 3.3.2. Além do documento indicado no subitem 3.3.1, a comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte pelo empresário ou sociedade, será efetuada mediante **Certidão expedida pela Junta Comercial**, conforme o Art. 8º da Instrução Normativa Diretor do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC nº 103 de 30/04/2007 publicado no D.O.U. em 22/05/2007.
- 3.4. As licitantes após o credenciamento deverão apresentar Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, que deverá ser elaborada de acordo com modelo estabelecido no **Anexo V - Modelo de Declaração de cumprimento de todos os requisitos de habilitação**, (se o representante estiver devidamente credenciado poderá emitir na hora e de próprio punho a citada declaração).
- 3.5. As Declarações poderão ser assinadas sempre pelo Representante Legal ou pelo Procurador Credenciado (devendo constar identificação clara do subscritor), desde que haja poderes outorgados na Procuração (ver **Anexo II – Modelo referencial de credenciamento de representante**).
- 3.6. **TODOS OS DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO** deverão ser apresentados em cópias autenticadas por cartório competente ou pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio do Município de Palmeira dos Índios ou publicação em órgão da imprensa oficial ou cópias simples acompanhadas do original, que serão apresentados e devolvidos.
- 3.7. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

### 4. DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

- 4.1. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa o nome da proponente e os seguintes dizeres:

**[RAZÃO SOCIAL]**

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA COMERCIAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS  
ÍNDIOS – ALAGOAS

**[RAZÃO SOCIAL]**

ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA  
DOS ÍNDIOS – ALAGOAS

- 4.2. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo Representante Legal ou pelo Procurador.

### 5. DA PROPOSTA COMERCIAL

- 5.1. A proposta comercial deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa, em papel timbrado da empresa, sem rasuras ou emendas devendo seguir o modelo consistente do **Anexo III - Modelo de Proposta Comercial** e deverá conter os seguintes elementos:
- 5.1.1. Razão Social, CNPJ, endereço completo com indicação de telefone e e-mail, e deverá ser rubricada em todas as páginas e assinada na última por Representante Legal ou Procurador devidamente estabelecido;
  - 5.1.2. Número do Pregão Presencial;
  - 5.1.3. Descrição sucinta do objeto ofertado, em conformidade com o **Anexo I – Termo de Referência**;
  - 5.1.4. O valor unitário e total do item a ser registrado;
    - 5.1.4.1. Os preços propostos deverão estar em moeda real, com duas casas decimais incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: encargos sociais e trabalhistas, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação;
    - 5.1.4.2. Ocorrendo divergência entre os valores dos preços unitários e totais resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros. No caso de discrepância entre os valores expostos em algarismos e as correspondentes indicações por extenso, dar-se-á prevalência a estes últimos.
  - 5.1.5. Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta dias).
    - 5.1.5.1. Na falta de indicação expressa do prazo de validade da proposta, este será considerado como de 60 (sessenta dias).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

5.1.6. Indicação expressa do responsável legal que terá a incumbência de assinar o Contrato, bem como qualificação, RG (com órgão expedidor) e CPF. Esta indicação ocorrerá sem prejuízo de eventuais comprovações de poderes.

5.1.6.1. Em caso de omissão, na formalização do Contrato será observado o responsável legal conforme disponibilizado no Registro Comercial ou Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social da empresa.

5.2. Não serão admitidas cotações para quantidades inferiores à previsão contida neste Edital.

5.3. O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

5.4. A proposta em desacordo com o Edital será desclassificada.

### 6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados, apresentados em cópias autenticadas por cartório competente ou pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio do Município de Palmeira dos Índios (a autenticação pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, será efetuada **ATÉ UM DIA ANTERIOR A REUNIÃO INICIAL** nos dias e horário indicados no subitem **2.4**) ou publicação em órgão da imprensa oficial (em todos os casos os originais deverão ser apresentados quando solicitados), os quais dizem respeito a:

#### 6.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual ou;

6.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou;

6.1.1.3. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no subitem anterior ou;

6.1.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício ou;

6.1.1.5. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

6.1.1.6. Os documentos relacionados nos subitens 6.1.1.1 a 6.1.1.5 acima não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no credenciamento do Pregão, conforme item 3.2.

#### 6.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) – Situação Ativa;

6.1.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Estadual ou Municipal de Contribuintes relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

- 6.1.2.3. Certidão Unificada, emitida pela Secretaria da **Receita Federal** do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela **Seguridade Social**, quanto aos demais Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, por ele administrado;
- 6.1.2.4. Certidão negativa de débitos com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 6.1.2.5. Certidão negativa de débitos com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 6.1.2.6. Certificado de regularidade de situação com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 6.1.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Incluído pelo Lei nº 12.440, de 2011);
- 6.1.2.8. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa em virtude de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional (CTN), bem como o estipulado no Parágrafo 2º do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação dada pela Lei 12.440/2011.

### 6.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 6.1.3.1. Certidão Negativa de falência, concordata e recuperação judicial (concordata), expedida pelo distribuidor judicial da sede da empresa, datada de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da apresentação das propostas, caso não esteja expresso na mesma o seu prazo de validade, ou a emitida pelo site [www.tjal.jus.br](http://www.tjal.jus.br), ou o site correspondente a cada Estado.
- 6.1.3.2. Balanço patrimonial e demonstração de resultados do último exercício social, já exigíveis e apresentados, na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios:
  - 6.1.3.2.1. Quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, essas peças de escrituração contábil poderão ser atualizadas com base na variação ocorrida do IGP-DI (Fundação Getúlio Vargas) ou de outro indicador que o venha substituir (devendo ser apresentado o respectivo memorial de cálculo); sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):
  - 6.1.3.2.2. Serão considerados como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

---

**1) sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):**

- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):**

- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou
- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei complementar n.º 123 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":**

- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**4) sociedade criada no exercício em curso:**

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

6.1.3.2.3. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

6.1.3.2.4. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), resultantes da



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

aplicação das fórmulas abaixo, com valores extraídos de seu balanço patrimonial ;

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 6.1.3.2.5. As empresas que apresentarem resultado menor do que 1 (um), em qualquer dos índices, deverão comprovar possuir capital mínimo ou patrimônio líquido correspondente a 10 % (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente (Art. 31, § 3º da Lei 8.666/93), sob pena de inabilitação.
- 6.1.3.2.6. Quando as empresas apresentarem o Balanço Patrimonial na forma do Sistema Público de Escrituração Digital - Speed, não precisa estar chancelado pela Junta Comercial do Estado sede da empresa, devendo estar de acordo com o Decreto nº 8.683/2016 de 26/02/2016.

### 6.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 6.1.4.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em característica com o objeto da licitação.

### 6.1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES E DOCUMENTOS

- 6.1.5.1. Declaração, conforme **Anexo VI - Modelo de Declaração de Atendimento ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e Idoneidade**, elaborada em ofício próprio e subscrita pelo Representante Legal da Licitante ou Procurador credenciado, desde que existam poderes outorgados na Procuração, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 6.1.5.2. Durante a análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro realizará consultas no sítio do Tribunal de Contas da União (TCU), para emissão de Certidão negativa de licitantes inidôneos, através do endereço eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas/>, bem como, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), através do endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

- 6.1.5.2.1. A consulta terá por finalidade a apuração quanto à eventual existência de Declaração de Inidoneidade e/ou proibição em contratar com a Administração Pública, relativa à licitante interessada em participar do certame;
- 6.1.5.2.2. A licitante que tiver sido declarada inidônea e/ou proibida de licitar com a Administração Pública ou que tiver sofrido sanções de Suspensão e/ou Impedimento por parte do Município de Palmeira dos Índios/AL, será declarada **INABILITADA**.

### 6.1.6. MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 6.1.6.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda a documentação arrolada nos subitens **6.1.2.1** a **6.1.2.6**, mesmo que apresentem alguma restrição.
- 6.1.6.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 6.1.6.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## 7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

- 7.1. As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o **prazo de validade de 30 (trinta) dias**, a partir da data de sua expedição, excetuando-se os atestados de capacidade técnica e a Certidão expedida pela Junta Comercial, conforme disposto no subitem 4.3.2.
- 7.2. Se a empresa for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

## 8. DOS PROCEDIMENTOS NA SESSÃO E DO JULGAMENTO

### 8.1. Do Credenciamento:

- 8.1.1. No horário e local, indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 8.1.2. Durante os respectivos credenciamentos, as Licitantes interessadas no objeto entregarão ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio a Declaração de Pleno Atendimento e a Declaração de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e, após o credenciamento, em envelopes separados, a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação.

### 8.2. Fase de Classificação:

8.2.1. A análise das propostas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

8.2.1.1. Cujo objeto não atenda as especificações técnicas e demais características;

8.2.1.2. Que contenham ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais Licitantes;

8.2.2. Não haverá desclassificação por pequenos erros formais, quando não implicar na mudança do que se pretende adquirir nem no valor ofertado.

### 8.3. Fase de Lances:

8.3.1. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

8.3.1.1. Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

8.3.1.2. Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida no subitem anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três) propostas.

8.3.1.3. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de Licitantes, e será observado o Art. 3º, §2º. da Lei 8.666/93. Finalmente, na persistência do empate, será decidida, por meio de sorteio, a ordem de cada proposta na fase de lances;

8.3.1.4. A Licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

8.3.2. Para efeito de seleção será considerado o **MENOR PREÇO (POR LOTE)**.

8.3.3. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor.

8.3.4. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

8.3.5. A critério do pregoeiro, poderá ser estabelecido ou modificado, no início de cada rodada, um valor de redução mínima entre lances.

8.3.6. A etapa de lances será considerada encerrada quando os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, restando apenas o participante detentor do menor lance.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

- 8.3.7. Encerrada a etapa de lances, as propostas selecionadas e não selecionadas serão classificadas em ordem crescente de valor, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- 8.4. Participação de Microempresas e de Empresas de Pequeno Porte – ME e EPP**
- 8.4.1. Finda a etapa de lances, se houver participação de ME ou EPP no certame, serão observadas as disposições da Lei Complementar 123/06;
- 8.4.2. Se a proposta da ME ou EPP melhor colocada for superior em até 5% do valor da Licitante de melhor oferta, será concedido o prazo de 5 (cinco) minutos para que a ME/EPP apresente lance inferior.
- 8.4.3. Na hipótese da ME ou EPP melhor classificada não apresentar nova proposta, será convocada a segunda ME ou EPP melhor classificada, e assim sucessivamente, até que se chegue à margem de 5% superior ao valor da Licitante classificada em primeiro lugar;
- 8.4.4. Não havendo nenhuma proposta na faixa de até 5% superior à melhor oferta, ou não havendo nova proposta de ME ou EPP, a proposta originária será considerada como melhor classificada.
- 8.5. Exequibilidade de Preços**
- 8.5.1. Nos casos em que o pregoeiro julgue necessário, poderá ser exigida apresentação de planilha de custos demonstrando a exequibilidade da proposta apresentada no certame.
- 8.6. Negociação**
- 8.6.1. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta melhor classificada com vistas à redução do preço;
- 8.6.2. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço, decidindo motivadamente a respeito;
- 8.6.2.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo Setor de Pesquisa de Preços, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 8.7. Fase de Habilitação e Recurso**
- 8.7.1. Encerrada a fase de classificação, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da proposta melhor classificada.
- 8.7.2. Não será admitido o saneamento de falhas na documentação de habilitação.
- 8.7.3. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a Licitante será habilitada e declarada provisoriamente vencedora do certame.
- 8.7.4. Se a Licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, retornando-se aos subitens 8.4.1 e seguintes, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

- 8.7.5. Ao final da sessão, a Licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de razões, ficando as demais Licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 8.7.6. A ausência de manifestação imediata e motivada da Licitante importará na renúncia ao direito de recorrer, na adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à Licitante vencedora e o encaminhamento do processo à Autoridade Competente para a homologação.
- 8.7.7. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à Autoridade Competente.
- 8.7.8. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.7.9. Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto do certame à Licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 8.7.10. Na hipótese de provimento do recurso, serão aproveitados os atos válidos.

### 8.8. Do Julgamento

- 8.8.1. O julgamento das propostas comerciais será processado segundo os critérios objetivos abaixo:
  - a) será desclassificada a proposta que contenha entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões, não ressalvados, que ponham em dúvida informações essenciais à sua compreensão;
  - b) será desclassificada a proposta que não atenda às especificações contidas neste ato convocatório e anexos;
  - c) a proposta que infrinja preceitos albergados em legislação específica vigente será desclassificada;
  - d) será desclassificada a proposta ou lance que contenha valor simbólico, irrisório ou igual a zero, de acordo com o estabelecido no art. 44, § 3.º, da Lei n.º 8.666/93;
  - e) é vedada a oferta de lance verbal de valor igual a outro já ofertado;
  - f) não poderá ser considerada, para fins de julgamento, qualquer vantagem não prevista neste instrumento de convocação;
  - g) no julgamento das propostas será adotado, exclusivamente, como critério de classificação, o **MENOR PREÇO (POR LOTE)**, considerando, para tanto, a proposta mais vantajosa apresentada ou o menor lance ofertado na etapa competitiva.
- 8.8.2. O julgamento da habilitação será processado segundo os critérios objetivos abaixo:
  - a) Caso alguma licitante transgrida qualquer norma de legislação específica vigente, será inabilitada;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

- b) Será inabilitada a empresa licitante que não atender a qualquer das exigências estipuladas **no item 6** deste edital;
- c) Será inabilitada a empresa licitante cuja documentação de habilitação não cumpra qualquer outra regra inserta neste edital;
- d) Será inabilitada a empresa licitante que apresentar qualquer documento exigido neste Edital com data de validade vencida ou cujas certidões não sejam confirmadas via Internet (apenas nos casos indicados na própria certidão);
- e) Caso algum documento, com rasura ou entrelinha, ponha em dúvida a veracidade dos dados veiculados, será declarada a inabilitação da licitante.

### 9. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

- 9.1. Uma vez notificada de que a Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer, no prazo de 5 (cinco) dias úteis seguintes à notificação, para assinar o termo de contrato, conforme minuta constante no **ANEXO VII** deste edital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no ITEM 12 deste edital.

### 10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. A despesa com a prestação dos serviços de que trata o objeto deste Termo de Referência correrá à conta do crédito orçamentário, constante do orçamento da Prefeitura Municipal de Palmeiras dos Índios, para o exercício financeiro de 2017.

#### PROGRAMA DE TRABALHO

#### SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

**20.606.0004.2014 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Inclusive Convênio.**

**20.122.0004.2012 – Gestão das Ações da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Agrário**

#### ELEMENTO DE DESPESA

**3.3.3.9.0.30/00.2001 – Utensílios e Materiais de Consumo**

**3.4.4.9.0.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**

### 11. DO CONTRATO

- 11.1. Autorizada que seja a contratação, será celebrado contrato nos termos da minuta constante do **ANEXO VII** deste edital.

### 12. DAS SANÇÕES

- 12.1. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes deste certame, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação pertinente:
- 12.1.1. **advertência formal**, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos à **Administração**;
  - 12.1.2. **multa diária de 0,3%** (três décimos percentuais);
  - 12.1.3. **multa diária de 0,5%** (cinco décimos percentuais);

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

- 12.1.4. **multa de 5%** (cinco por cento);
- 12.1.5. **suspensão temporária**, pelo período de até 02 (dois) anos, de participação em licitação e contratação com este Município;
- 12.1.6. **declaração de inidoneidade**, que o impede de participar de licitações, bem como de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos.
- 12.2. Os licitantes e a(s) signatária(s) do(s) respectivo(s) contrato(s), estarão sujeitos às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
- 12.2.1. Deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal: aplicação da sanção prevista no subitem 12.1.4 (calculada sobre o valor total adjudicado fornecedor);
- 12.2.2. Não apresentação de situação regular durante a vigência dos respectivos contratos: aplicação da sanção prevista no subitem 12.1.3 (calculada sobre o valor total adjudicado ao fornecedor);
- 12.2.3. infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos à **Administração**: aplicação da sanção prevista no subitem 12.1.1;
- 12.2.4. Por dia de atraso quanto ao cumprimento das determinações exaradas pela Contratante: aplicação da sanção prevista no subitem 12.1.2 (calculada sobre o valor total adjudicado ao fornecedor ou sobre o valor total do contrato, ou sobre o valor da parcela a que se refere à determinação, conforme o caso, até o máximo de dez por cento daqueles valores, por ocorrência);
- 12.2.5. Atraso quanto à assinatura do contrato, se houver, no prazo estabelecido no contrato, contado a partir da convocação pela Administração: aplicação da sanção prevista no subitem 12.1.2 (calculada sobre o valor do contrato, até o máximo de dez por cento daquele valor);
- 12.2.6. Recusa de assinar o contrato, quando convocado pela Administração: aplicação da sanção prevista no subitem 12.1.4 (calculada sobre o valor do contrato);
- 12.3. Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos deste Edital e dos respectivos Contratos, não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.4. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no subitem **12.2**, a empresa ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 12.5. A critério deste Município, nos termos do art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93, e considerando a gravidade da infração cometida, ocorrendo quaisquer das hipóteses indicadas no subitem **12.2**, assim como nos casos previstos no subitem **12.3**, a sanção prevista no subitem **12.1.5** ou no subitem **12.1.6** poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com quaisquer das multas previstas nos subitens **12.1.2** a **12.1.4**.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

- 12.6. As multas previstas nesta *cláusula*, caso sejam aplicadas, serão descontadas por ocasião de pagamentos futuros ou serão pagas por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) pela futura contratada no prazo que o despacho que de sua aplicação determinar.
- 12.7. As penalidades fixadas nesta Cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo da Secretaria de Administração do Município de Palmeira dos Índios, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. A Autoridade Competente compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 13.1.1. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 13.1.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 13.2. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Competente, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 13.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 13.4. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 13.5. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.
- 13.6. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.
- 13.7. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da administração, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.
- 13.8. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as Licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.9. Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes forem inabilitadas, a Administração poderá fixar às Licitantes Credenciadas o prazo de 8 (oito) dias úteis para uma nova sessão para apresentação de novas propostas ou novos documentos de habilitação escoimadas das causas que geraram a situação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

- 13.10. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, facultada a assinatura às Licitantes presentes.
- 13.10.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas serão registradas na própria ata.
- 13.11. Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, bem como todas as propostas, serão rubricadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, facultada rubrica às Licitantes presentes.
- 13.12. O Extrato da Minuta do Contrato decorrente desta Licitação será divulgada no DOM – Diário Oficial do Município disponível no sítio: <http://www.palmeiradosindios.al.io.org.br/>.
- 13.13. Decorridos 10 (dez) dias após a assinatura do contrato pelo(s) vencedor(res) do certame, a empresa que não solicitar a devolução do Envelope de Habilitação (inviolado) mediante solicitação escrita direcionada ao Sr. Pregoeiro e protocolada no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, localizada à Praça da Independência nº 34, Centro, Palmeira dos Índios, Alagoas, CEP: 57.600-010, no horário de expediente das 08:00 às 13:00 horas, será facultada pelo Pregoeiro a adoção de providências no sentido de promover a destruição de tais envelopes com todo o seu conteúdo sem quaisquer formalidades.
- 13.14. Qualquer cidadão é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente Pregão, ou ainda para impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da lei 8.666/1993.
- 13.15. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 13.15.1. A petição será dirigida ao Pregoeiro que responderá em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, decidindo sobre a impugnação do Edital;
- 13.15.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste Pregão;
- 13.15.3. A impugnação, feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste Pregão, até o julgamento da impugnação;
- 13.15.4. Os questionamentos poderão ser formulados via e-mail, através do endereço eletrônico [licitacoespmi@gmail.com](mailto:licitacoespmi@gmail.com), sendo que as respostas serão encaminhadas a todos os interessados no referido certame, através de e-mail fornecido pelos mesmos no momento do preenchimento do Protocolo de Recebimento de Edital.
- 13.15.5. Os recursos poderão ser formulados através de uma das opções abaixo:
- **Via Protocolo da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios:** Praça da Independência nº 34, Centro, Palmeira dos Índios, Alagoas, CEP: 57.600-010, no horário de expediente das 08:00 às 13:00 horas;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

– **Via e-mail:** [licitacoesmpmi@gmail.com](mailto:licitacoesmpmi@gmail.com) – nesta opção, os originais deverão ser entregues no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, no prazo de até 24h após o envio e mediante comprovação deste, respeitados os horários do Setor de Protocolo da Prefeitura acima informados;

13.16. As Licitantes devem preencher o **Anexo VIII - Protocolo de Recebimento de Edital** constante na última página inserindo os dados essenciais e encaminhar pelo e-mail [licitacoesmpmi@gmail.com](mailto:licitacoesmpmi@gmail.com) para recebimento de comunicados, erratas e demais informações.

13.16.1. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio não se responsabilizam por qualquer informação que a empresa não venha a ser informada com relação a este certame, por motivo da mesma não ter preenchido e enviado o Protocolo de Recebimento de Edital – **Anexo VIII**, conforme subitem acima.

13.17. Para contagem de prazos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se prorrogado até o 1º dia útil subsequente se o vencimento cair em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios.

13.18. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro ou Autoridade Competente.

### 14. DOS ANEXOS

14.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- 14.1.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 14.1.2. Anexo II – Modelo referencial de credenciamento de representantes;
- 14.1.3. Anexo III – Modelo de proposta comercial;
- 14.1.4. Anexo IV – Modelo de Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 14.1.5. Anexo V – Modelo de Declaração de cumprimento de todos os requisitos de habilitação;
- 14.1.6. Anexo VI – Modelo de Declaração de Atendimento ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e Inexistência de Impedimento;
- 14.1.7. Anexo VII – Minuta de Contrato;
- 14.1.8. Anexo VIII – Protocolo de Recebimento de Edital.

### 15. DO FORO

15.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da comarca do Município de Palmeira dos Índios - Alagoas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Palmeira dos Índios – Alagoas, 07 de novembro de 2017.

**ADJALAN KLEBER DE PAULA CORREIA**

Pregoeiro  
Port. 673/2017



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

Tendo em vista o que institui a Lei nº 10.520/2002 e seus regulamentos, e subsidiariamente a Lei 8.666/93, em sua redação atual, a Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios - AL poderá realizar licitação na modalidade PREGÃO, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

#### 1. APRESENTAÇÃO

O presente Termo de Referência estabelece as especificações técnicas exigidas para aquisição de **Utensílios e Materiais de Média Duração**, atendendo as necessidades de estruturação e funcionamento da Unidade de Apoio e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar - UADAF.

São apresentados aqui, os elementos e informações que deverão nortear a aquisição de utensílios do tipo: Peças e Utensílios para uma COZINHA SEMI INDUSTRIAL. Materiais para Estruturar uma CENTRAL DE RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS e outros Equipamentos para o SETOR ADMINISTRATIVO e de TREINAMENTO da UADAF.

#### 2. JUSTIFICATIVA

Palmeira dos Índios é um município brasileiro localizado no Território da Cidadania do Agreste Alagoano e está situado a cerca de 134 km da capital Maceió. Conhecida como a Princesa do Sertão, desde sua fundação Palmeira dos Índios é o centro abastecedor da região que envolve em Alagoas 10 municípios diretos (Igaci, Belém, Tanque D'arca, Maribondo, Estrela de Alagoas, Minador do Negrão, Dois Riachos, Quebrangulo, Paulo Jacinto e Mar Vermelho) todos realizam suas atividades de compras de produtos, insumos e serviços de toda natureza, além dos produtores utilizarem o comércio local para a comercialização dos seus produtos. Palmeira dos Índios dispõe de um comércio fortalecido pelas suas feiras-livres, todas as semanas, que envolve aproximadamente 16.000 agricultores familiares, provenientes de aldeias indígenas, assentamentos e comunidades quilombolas também vindas dos municípios mencionados. Os principais produtos são frutas (pinha, manga, caju, graviola, acerola, banana, umbu, umbu cajá, abacaxi, laranja e jaca), as hortaliças folhosas e os cereais de grão (feijão, milho e farinha de mandioca), os produtos de origem animal também participam da economia da região. O município está disponível em uma área de 452,706 km<sup>2</sup> e uma população de 73.725 habitantes, dos quais em torno de 18,5% residem no meio rural. Mesmo considerando que o maior percentual encontra-se na zona urbana, verifica-se que em termos absolutos o contingente populacional rural é o maior da região, perfazendo um total aproximado em 48.500 habitantes. (IBGE, População estimada 2014). O IDHM é de 0,638, sendo considerado como médio. A implantação de Unidade de Apoio e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar – UADAF, fará do município um dos primeiros do Estado de Alagoas a disponibilizar para a sociedade mais um Equipamento Público voltado para a organização dos trabalhos do Programa de Aquisição de Alimentos, existente desde o ano de 2009, quando ainda na modalidade CONVÊNIO. Este empreendimento terá múltiplas funcionalidades, conforme preconiza seus objetivos. A Unidade estará

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

equipada com estrutura para treinamentos, palestras, eventos diversos e sua função principal: Central de Recebimento e Distribuição de Alimentos do PAA.

**3. DO OBJETO**

Aquisição de materiais de consumo de média duração destinados ao apoio à infraestrutura e funcionamento da Unidade de Apoio e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar-UADAF

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNDIDADE	QUANT. A SER REGISTRADA	
1	1	<b>Caixa Térmica</b> – confeccionada com plástico de alta densidade, alça e rodinhas para facilitar o transporte, dreno de limpeza, tampa com vedação hermética, tempo de conservação para o degelo, mínimo de 45 horas, capacidade 60 litros. Garantia do fabricante, mínimo de 06 meses.	Un	20	
	2	<b>Jogo de Lixeiras (tipo: Coleta Seletiva):</b> em plástico conrugado, capacidade volumétrica mínima de 50 litros por cada coletor, 04 coletores por cada jogo, tampa de fácil abertura	Conjunto	04	
	3	<b>Luvas (serviços domésticos):</b> confeccionadas em borracha nitrílica, resistentes a produtos químicos, rasgões, perfurações e corte, flexíveis e confortáveis, anti alérgica, reutilizáveis após uso de período médio de no mínimo 30 (trinta) dias. – Tam. <b>Médio</b>	Un	20	
	4	<b>Luvas (serviços domésticos):</b> confeccionadas em borracha nitrílica, resistentes a produtos químicos, rasgões, perfurações e corte, flexíveis e confortáveis, anti alérgica, reutilizáveis após uso de período médio de no mínimo 30 (trinta) dias. – Tam. <b>Grande</b> .	Un	10	
	5	<b>Luvas descartáveis:</b> indicadas para manipulação de alimentos, produto de uso único, com pó bio-abosorvível, feitas em látex natural, ambidestras. Tamanho <b>pequeno</b> . (caixa c/ 100)	Un.	05	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

1	6	<b>Luvas descartáveis:</b> indicadas para manipulação de alimentos, produto de uso único, com pó bio-abosorvível, feitas em látex natural, ambidestras. Tamanho <b>médio. (caixa c/ 100)</b>	Un.	10
	7	<b>Luvas descartáveis:</b> indicadas para manipulação de alimentos, produto de uso único, com pó bio-abosorvível, feitas em látex natural, ambidestras. Tamanho <b>grande. (caixa c/ 100)</b>	Un.	05
	8	<b>Mangueira jardim:</b> super flexível, 50 metros de comprimento, feita com 03 (três) camadas, a camada interna de PVC, esguicho com regulagem. Garantia do fabricante 12 meses.	Un	02
	9	<b>Bota PVC, cano médio:</b> solado com mínimo de 4,5mm de espessura, forração interna em malha poliéster, cor branca, número: <b>37/38</b>	Pares	06
	10	<b>Bota PVC, cano médio:</b> solado com mínimo de 4,5mm de espessura, forração interna em malha poliéster, cor branca, número: <b>41/42</b>	Pares	04
	11	<b>Avental frontal para cozinha:</b> confeccionado em tecido de brim com retardante a calor e chamas, resistente a temperatura de até 250°C, acabamento com debrum em volta, 03 alças.	Un	20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017**LOTE**

2	1	<b>Pallet em plástico perfilado:</b> medindo 120x100x13cm, capacidade de carga estática: 2.000 kg, peso por unidade, aproximadamente 14 kg, inalteráveis a produtos químicos, norma ANVISA, de fácil higienização.	Un	120
	2	<b>Caixa engradado:</b> vazada produzida com plástico super resistente, capacidade volumétrica, mínima de 120 litros, dimensões: 31 x 57 x 76,5cm. Corres: azul e verde.	Un	100
	3	<b>Caixa engradado:</b> vazada produzida com plástico super resistente, capacidade volumétrica, mínima de 120 litros, dimensões: 40 x 60 x 35cm. Corres: azul e verde.	Un	100
<b>LOTE</b>				
3	1	<b>Conjunto de painéis industriais:</b> alumínio polido resistente, nº 50, alças e tampas com pegadores confeccionados em baquelite: (02 caçarolas com cap. 40 litros, 02 caçarolas com cap. 24 litros, 02 caldeirões com cap. 50 litros, 02 caldeirões com cap. 38 litros.	Un	02
	2	<b>Panela de pressão industrial:</b> capacidade 15 litros, alumínio polido, válvula múltipla, pino de saída de vapor, borracha de vedação, travas e mola de segurança de conformidade com as normas legais.	Un	01
	3	<b>Panela de pressão industrial:</b> capacidade 10 litros, alumínio polido, válvula múltipla, pino de saída de vapor, borracha de vedação, travas e mola de segurança de conformidade com as normas legais.	Un	01

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

3	4	<b>Conjunto de facas:</b> peças feitas em aço inoxidável, duradouro com cabos anatômicos de plástico resistente, cada peça, uma finalidade específica: Peças que compõem o conjunto: <i>01Faca (tipo peixeira) 8"- 01 Faca para desossar 5"- 01 Faca para frutas e legumes 4"- 01 Cutelo 6"- 01 Garfo trinchante.</i> Garantia do fabricante, mínimo de 06 meses.	Un	02
	5	<b>Kit Cozinha:</b> produzido em aço inoxidável, cabo de material isolante de temperatura, medida tamanho profissional. Itens que compõem o kit: <i>01escumadeira – 01 concha – 01 colher grande para arroz – 01 espátula para frituras – 01 pegador para massas</i>	Un	02
	6	<b>Kit talheres:</b> feito em aço inoxidável de alto brilho, resistente a riscos leves e armações por pequenos impactos. Conjunto com as peças: <i>12 colheres de mesa – 12 garfos de mesa – 12 colheres de chá – 12 colheres para café – 12 facas para churrasco – 01colher para salada – 01 pegador.</i>	Un	02

**4. DO JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:**

- a) O julgamento e a adjudicação do objeto deverão ser realizados através do critério de **menor preço (por grupo/lote)**.
- b) Os itens foram agrupados por lote, por motivo dos quantitativos dos mesmos serem reduzidos, os quais, não almejavam possíveis interessados, onde desta forma, haverá uma maior motivação das empresas a concorrerem, justificando-se pelo fato de não acarretar prejuízos para as demais interessadas, tendo em vista que os itens a serem licitados foram agrupados por categorias afins.

**5. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- a) Nos preços já deverão estar consideradas todas as despesas com tributos, fretes, transportes, seguros e demais despesas que incidam direta ou indiretamente, nos preços para fornecimento dos objetos deste Termo de Referência.
- b) Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade de cada licitante, não lhe assistindo direito de pleitear, posteriormente qualquer alteração, salvo nas condições previstas nas normas de regulação da licitação.
- c) Na proposta de cada licitante, deverão constar os dados bancários da Empresa, tais como número da conta corrente, agência e nome do Banco da mesma.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017**6. DESTINO/FINALIDADE**

Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário de Palmeira dos Índios. Os equipamentos e materiais permanentes serão destinados à estruturação da Unidade de Apoio e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar – UADAF.

**7. FORMA DE ENTREGA DOS OBJETOS**

O prazo máximo para entrega dos produtos será de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

**8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Até 30 (trinta) dias após a entrega total dos produtos, acompanhada de nota fiscal devidamente atestada pelo órgão recebedor.

**9. DOS CUSTOS ESTIMADOS**

O custo sobre o fornecimento dos objetos deste Termo de Referência é estimado no valor de **R\$ 40.000,00** (Quarenta mil reais).

**10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas resultantes deste TR correrão à conta da seguinte classificação orçamentária:

**20.606.0004.2014** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Inclusive Convênio

**3.3.3.9.0.30/00.2001** – Utensílios e Materiais de Consumo

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017**11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da Contratada:

- Fornecer os equipamentos com as especificações previstas, no prazo e preços estabelecidos na proposta vencedora;
- Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- Responder por quaisquer danos causados diretamente aos equipamentos, mencionados no item 4 deste TR, se ocasionados por seus funcionários durante sua entrega.
- Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, desde que praticada por empregados da licitante;
- A empresa fornecedora sujeitar-se-á às disposições da Lei de Licitação nº 8.666 e do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
- Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Indicar, oficialmente, representante para relacionar-se com o responsável pela execução do objeto desta licitação.
- Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos fornecidos ao CONTRATANTE, em caso de defeitos, incorreções decorrentes de fabricação, transporte indevido e/ou inobservância às especificações exigidas;
- Assinar o contrato no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data da notificação por parte da CONTRATANTE, sob a pena de decair do direito a contratação e submeter-se as advertências da lei.
- Responsabilizar-se pelas despesas de seguros, impostos, taxas, serviços e quaisquer despesas referentes ao objeto deste TR no período de entrega ao Município.
- Prazo de garantia de acordo com o fabricante, contados a partir da data de entrega;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017**12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da Contratante:

- Realizar rigorosa conferência das características dos produtos recebidos, através do responsável (gestor) do Contrato deste TR, com as atribuições de verificar as especificações e quantidades de materiais entregues, em até 05 dias úteis após o recebimento dos mesmos;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Empresa contratada;
- Comunicar à licitante qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento dos equipamentos;
- Solicitar a substituição dos equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação durante a verificação, de conformidade e/ou no decorrer de sua utilização, sendo previsto um período de testes no bem adquirido;
- Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), por intermédio da autoridade competente;
- Emitir Nota de Empenho para posterior pagamento;
- Efetuar o pagamento à Empresa licitante, no valor e prazos pactuados no contrato resultante deste TR, desde que verificado e atestado todos os procedimentos explicitados.
- Fiscalizar o correto e integral cumprimento do Contrato através do gestor do Contrato resultante deste TR.

**13. SANÇÕES**

Pela inexecução total ou parcial do Contrato resultante deste TR, a Administração Municipal poderá garantir a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções asseguradas em lei, segundo a gravidade da falta cometida.

12.1. Advertência – quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, e de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no referido contrato, ou ainda no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

12.2. Multas – será aplicado um percentual com base na legislação vigente, por dia de atraso, sobre o valor total do contrato resultante deste TR quando a CONTRATADA sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso este percentual terá seu valor acrescido, ficando a CONTRATANTE com prerrogativas para decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual.

12.3. Suspensão Temporária – para os casos mencionados nos itens anteriores, ficará impedido de participar em certames licitatórios com a Administração (CONTRATANTE), pelo prazo de 02 (dois) anos.

12.4. Declaração de inidoneidade – enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, não poderá licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria entidade que aplicar a penalidade.

**14. VIGÊNCIA CONTRATUAL**

O Contrato resultante do presente TR, terá vigência de 60 (sessenta) dias a contar da data das assinaturas.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

### **15. DO GESTOR**

O gestor do contrato decorrente deste TR será um servidor municipal de preferência do quadro efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário, designado pelo Secretário, titular da pasta, o qual terá entre outras, as seguintes atribuições:

14.1. Emitir ordem de fornecimento, em conjunto com o Chefe do Poder Executivo e o Titular da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário, em conformidade com este TR e demais instrumentos correlacionados;

14.2. Acompanhar e fiscalizar a execução na íntegra do Contrato, até o cumprimento total do mesmo.

14.3. Atestar a(s) Nota(as) Fiscal(ais) que deverá(o) está em conformidade com as especificações constantes da proposta da licitante e emitir parecer de aceitação e aprovação sobre os produtos recebidos, visando o cumprimento à fase de liquidação da despesa.

14.4. Comunicar a CONTRATADA a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusulas contratuais.

Palmeira dos Índios, 30 de maio de 2017.

*Patrícia Manuella Cavalcante Barbosa*  
Secretária Municipal de Agricultura

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017**ANEXO II****MODELO REFERENCIAL DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE**

(este anexo é um modelo e deve ser impresso em papel timbrado da licitante)

**PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ....., com sede na....., por seu(s) representante(s) legal(is) abaixo assinado, nomeia e constitui como bastante procurador, o Sr. FULANO DE TAL, portador da cédula de identidade nº ....., expedida pela -----, inscrito no CPF nº ....., residente em ..... à qual OUTORGA AMPLOS PODERES PARA representá-la em todos os atos inerentes ao PREGÃO nº 043/2017 da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, podendo inclusive, formular lances verbais, complementar propostas, interpor recursos ou ressalvas, renunciar à interposição de recursos, acordar, transigir, desistir, receber avisos e intimações e assinar declarações, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Razão Social  
Representante(s) legal(is) com carimbo da Licitante  
[Reconhecer Firma]

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017**ANEXO III****MODELO DE PROPOSTA**

(este anexo é um modelo e deve ser impresso em papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

A empresa..... estabelecida na ..... inscrita no CNPJ sob nº ....., propõe fornecer ao Município de PALMEIRA DOS ÍNDIOS, em estrito cumprimento ao previsto no edital da licitação em epígrafe, os produtos conforme abaixo discriminado:

LOTE (.....)	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
<b>VALOR TOTAL DO LOTE (...)</b>							
<b>TOTAL GERAL DA PROPOSTA (Lotes: 1, 2 e 3)</b>							

**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ XXXXXXXXXX (Preço total por extenso)**

- A proponente DECLARA que nos preços ofertados além do lucro, se encontram incluída tributos, prêmios de seguro, taxas, inclusive de administração, emolumentos, transporte, ou quaisquer despesas operacionais, todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, frete, carga e descarga para o Município de Palmeira dos Índios, enfim, todos os componentes de custo necessários à perfeita execução do referido objeto.
- Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de pregão.
- Forma de execução dos serviços: A proponente DECLARA ter ciência e aceitar os prazos e a forma de execução dos serviços, conforme pré-estabelecido no Edital do processo licitatório de referência.
- Todas as demais condições e especificações de acordo com o Edital e Anexos.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante Legal ou Procurador

**REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

Nome: \_\_\_\_\_

Qualificação (cargo) \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Endereço Completo: \_\_\_\_\_

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017**ANEXO IV****MODELO DE DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006<sup>1</sup>****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

A empresa ..... inscrita no CNPJ nº ..... estabelecida na ..... por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, DECLARA para os fins do disposto na Lei Complementar nº. 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

(        ) - MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

(        ) - EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

(        ) - COOPERATIVA, conforme disposto nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_  
(nome/RG/cargo/assinatura)

<sup>1</sup> **OBSERVAÇÃO:** Deverá ser assinada pelo representante legal da empresa ou procurador credenciado, desde que tenha poderes outorgados para tanto. Deverá ser apresentada durante o credenciamento e fora dos envelopes de Proposta e Habilitação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

### ANEXO V

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO<sup>2</sup>

(Este anexo é um modelo e deve ser impresso em papel timbrado do licitante)

#### **DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa ..... inscrita no CNPJ nº ..... estabelecida na ..... DECLARA, sob as penas da Lei e em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, que cumpre todos os requisitos de habilitação estabelecidos para o certame licitatório no Município de Palmeira dos Índios, Pregão Presencial nº 043/2017, estando com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
(nome/RG/cargo/assinatura)

<sup>2</sup> **OBSERVAÇÃO:** Deverá ser assinada pelo representante legal da empresa ou procurador credenciado, desde que tenha poderes outorgados para tanto. Deverá ser apresentada durante o credenciamento e fora dos envelopes de Proposta e Habilitação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017**ANEXO VI****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO<sup>3</sup>**

(Este anexo é um modelo e deve ser impresso em papel timbrado do licitante)

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO**

A (Nome da Empresa), registrada no CNPJ sob o número -----, sediada a -----  
----- por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, DECLARA sob as penalidades da Lei, para fins de participação no Pregão Presencial nº 043/2017 que:

- Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos;  
Ressalva:  
Emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos na condição de aprendiz ( )\*
- Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações;
- Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- Inexistem fatos impeditivos à sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
(nome/RG/cargo/assinatura)

(OBS.: Em caso afirmativo assinalar a ressalva acima)

<sup>3</sup> **OBSERVAÇÃO:** Deverá ser assinada pelo representante legal da empresa ou procurador credenciado, desde que tenha poderes outorgados para tanto. Deverá ser apresentada dentro do envelope de Habilitação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017**ANEXO VII****MINUTA DE CONTRATO Nº XXXX**

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS E A EMPRESA XXXXXX, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE MÉDIA DURAÇÃO.**

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL, inscrito no CNPJ 12.356.879/0001-98, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Júlio Cezar da Silva**, inscrito no CPF nº 758.890.724-04 e Cédula de Identidade nº 2002001344336 SSP/AL;

**CONTRATADA:** A empresa **XXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o n. XXXXXXXX e estabelecida na XXXXXXXXXXXX, representada pelo seu XXXXXXXX, Sr. **XXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o n. XXXXXXXXXXXX, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...);

**INTERVENIENTE:** Secretaria Municipal de **XXXXXXXXXXXX**, situada a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx nº xxxx, bairro xxxxxx, neste Município, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e Cédula de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

Os **CONTRATANTES** celebram, por força do presente instrumento, **CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE MÉDIA DURAÇÃO**, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 1.897, de 24 de setembro de 2013, e, demais normas legais aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE MÉDIA DURAÇÃO**, destinados ao apoio à infraestrutura e funcionamento da Unidade de Apoio e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar-UADAF, fruto do contrato de repasse nº 774662/2012/MDS/CAIXA, promovido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Município de Palmeira dos Índios/AL, conforme especificações e quantidades discriminadas no seu **Anexo I – Termo de Referência** do Edital do Pregão Presencial n.º 043/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE ENTREGA**

2.1. A CONTRATADA deverá entregar os produtos no prazo máximo de **15 (QUINZE) DIAS**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho, considerando o horário de expediente do órgão.

2.1.1. A entrega dos produtos apenas poderá ser paralisada no caso de insuficiência financeira ou de comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado do ordenador de despesas da (...órgão interessado...), mediante a expedição e o recebimento de Ordem de Paralisação de Fornecimento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

- 2.1.2 Os produtos solicitados deverão ser entregues no **ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**, situada à Avenida Governador Muniz Falcão, 1276, São Francisco, CEP- 57.602-490 - Palmeira dos Índios/AL, podendo ser entregue em local diferente desde que seja anteriormente combinado e informado junto a Ordem de Fornecimento, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 08:00h às 11h:30min e das 14:00h às 16h:30min.
- 2.2. O recebimento do objeto licitado dar-se-á nos termos do art. 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei no 8.666/93, compreendendo duas etapas distintas:
- 2.2.1. O recebimento provisório, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do **Anexo I – Termo de Referência** do Edital do Pregão Presencial 043/2017 e da proposta da Contratada.
- 2.2.2. O recebimento definitivo, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização deste contrato, mediante termo circunstanciado, podendo ser lavrado no verso da Nota Fiscal representativa da entrega dos produtos ou em documento específico, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, e consistirá na verificação da conformidade com as especificações constantes do **Anexo I – Termo de Referência** do Edital do Pregão Presencial 043/2017 e da proposta da Contratada.
- 2.3. A critério exclusivo do CONTRATANTE, poderão ser realizados ensaios, testes e demais provas acerca dos produtos entregues, de forma a lhes verificar a sua perfeita qualidade, conforme especificações discriminadas no **Anexo I – Termo de Referência** do Edital do Pregão Presencial n.º 043/2017.
- 2.3.1. Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do contrato correrão por conta da CONTRATADA.
- 2.4. Caso insatisfatório a qualidade dos produtos, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão vícios, defeitos ou incorreções existentes, resultante da desconformidade com as especificações discriminadas no **Anexo I – Termo de Referência** do Edital do Pregão Presencial n.º 043/2017. Nessa hipótese, todo o objeto deste contrato será rejeitado.
- 2.5. A CONTRATADA está obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após o que se realizará novamente a verificação da sua boa qualidade.
- 2.5.1. Caso as providências previstas no subitem anterior não ocorram no prazo previsto ou os produtos sejam novamente recusados, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na execução, ficando sobrestado o pagamento até a realização das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 2.5.2. Na impossibilidade da adoção das providências previstas no subitem 2.5, o valor respectivo será descontado da importância devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

- 2.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pelos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e solidez dos produtos entregues, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO**

- 3.1. O valor global deste contrato é de R\$ XXXXXX (XXXXXX).
- 3.2. Os valores unitários dos produtos contratados são os constantes da tabela abaixo:

LOTE (.....)	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
<b>VALOR TOTAL DO LOTE (...)</b>							
<b>TOTAL GERAL DA PROPOSTA (Lotes: 1, 2 e 3)</b>							

- 3.3. O preço acordado neste contrato será fixo e irrevogável durante a vigência contratual.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA**

- 4.1. A despesa com a aquisição de que trata o objeto deste contrato corre à conta do seguinte crédito orçamentário, constante do orçamento da (XXXórgão interessadoXXX) para o exercício financeiro de 2017: Programa de Trabalho (XXX); Elemento de Despesa (XXX); Fonte de Recursos (XXX).

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**

- 5.1. Este contrato tem vigência até o dia 31 de dezembro de 20--, contados a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município no sítio <http://www.palmeiradosindios.al.io.org.br/>.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE**

- 6.1. Cabe ao CONTRATANTE:
- 6.1.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos;
  - 6.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir com a obrigação de entrega dos produtos dentro das normas do contrato;
  - 6.1.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nos termos deste contrato;
  - 6.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis;
  - 6.1.5. Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;
  - 6.1.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA;
  - 6.1.7. Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto do Contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
  - 6.1.8. Publicar os extratos do contrato e de seus aditivos, se houver, na imprensa oficial do Município.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

- 7.1. Cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:
- 7.1.1. Entregar os produtos contratados obedecendo as especificações e as quantidades discriminadas no **Anexo I – Termo de Referência** do Edital do Pregão Presencial n.º 043/2017;
  - 7.1.2. Oferecer os produtos contratados com garantia.
  - 7.1.3. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE;
  - 7.1.4. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE;
  - 7.1.5. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
  - 7.1.6. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - 7.1.7. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto contratado;
  - 7.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos recusados pelo CONTRATANTE, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
  - 7.1.9. Realizar, sob suas expensas, a entrega do objeto deste Contrato, nos prazos fixados na Cláusula Segunda;
  - 7.1.10. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do término do prazo de entrega dos produtos, os motivos que impossibilitaram o cumprimento dos prazos previstos neste Contrato.
  - 7.1.11. Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.
- 7.2. À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:
- 7.2.1. Em relação aos seus funcionários, que não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, inclusive encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, indenizações, vale-refeição, vales-transportes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
  - 7.2.2. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

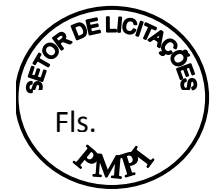
- 7.2.3. Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- 7.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no subitem anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
- 7.4. São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- 7.4.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;
- 7.4.2. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
- 7.4.3. A subcontratação total ou parcial de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

### CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por Servidor a ser designado por autoridade competente.

### CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 9.1. A CONTRATADA deve apresentar, após a entrega dos produtos, nota fiscal em 2 (duas) vias, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada da comprovação de regularidade junto à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede, além de certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- 9.2. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, até **30 (trinta) dias** após o recebimento da Nota Fiscal e/ou Fatura enviada pela Contratada, mediante ordem bancária creditada em conta corrente do FORNECEDOR.
- 9.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:
- 9.3.1. Recebimento definitivo dos produtos de conformidade com o disposto na Cláusula Segunda;
- 9.3.2. Apresentação da documentação discriminada no item 9.1 desta cláusula.
- 9.4. Havendo suspensão de pagamentos na forma do subitem anterior, a CONTRATADA será notificada do descumprimento do ajuste para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar a regularização necessária, sob pena de aplicação de penalidade e rescisão contratual, esta na forma da Cláusula Doze, subitem 12.2.1., em razão do não cumprimento da Cláusula Sétima, subitem 7.1.6., deste contrato.
- 9.4.1. Ultrapassando o prazo acima referido, sem prejuízo da penalidade e da rescisão do contrato, o pagamento deverá ser liberado.
- 9.5. O CONTRATANTE pode deduzir de importâncias devidas à CONTRATADA os valores correspondentes a multas ou indenizações por ela devidas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

- 9.6. Citado para se defender em processo judicial de terceiros, de natureza civil ou trabalhista, inclusive, mas não exclusivamente de empregado ou ex-empregado da CONTRATADA, o CONTRATANTE fará o cálculo dos direitos pleiteados e, após dele notificar a CONTRATADA, reterá o correspondente valor para fazer frente a eventual condenação, deduzindo-o de importâncias devidas à CONTRATADA.
- 9.6.1. O valor será restituído à CONTRATADA somente após a prova cabal do acerto definitivo entre a CONTRATADA e o terceiro litigante, quando restar demonstrada a inexistência de qualquer risco de condenação para o CONTRATANTE.
- 9.6.2. A CONTRATADA se obriga a exibir ao CONTRATANTE, sempre que solicitada, os documentos comprobatórios do efetivo cumprimento das obrigações referentes ao processo judicial mencionado neste item.
- 9.6.3. O valor a que faz referência este item não renderá juros ou correção monetária, o qual poderá ser substituído, a pedido da CONTRATADA, por outra modalidade de garantia que, a critério do CONTRATANTE, for considerada idônea.
- 9.7. Havendo atraso nos pagamentos por parte do Contratante, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos da lei, calculados “pro rata tempore” em relação ao atraso verificado.

**CLÁUSULA DEZ – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

- 10.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n. 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

**CLÁUSULA ONZE – DAS SANÇÕES**

- 11.1. A CONTRATADA que, por qualquer forma, não cumprir as normas do contrato celebrado está sujeita às seguintes sanções, assegurados o contraditório e ampla defesa:
- 11.1.1. Advertência formal;
- 11.1.2. Multa de 0,3% (três décimos percentuais);
- 11.1.3. Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais);
- 11.1.4. Multa de até 5% (cinco por cento);
- 11.1.5. suspensão temporária, pelo período de até 02 (dois) anos, de participação em licitação e contratação com este Município;
- 11.1.6. declaração de inidoneidade, que o impede de participar de licitações, bem como de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos.
- 11.2. As sanções previstas nos subitens 11.1.1., 11.1.5. e 11.1.6. deste contrato poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.
- 11.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas do contrato celebrado.
- 11.4. Especificamente quanto às hipóteses descritas abaixo, a futura contratada estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

- 11.4.1. Falhas ou irregularidades que não acarretem prejuízos à Administração, consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida: aplicação da sanção prevista no subitem 11.1.1.;
- 11.4.2. Reincidência em falhas ou irregularidades já punidas com advertência formal: aplicação da sanção prevista no subitem 11.1.4., por ocorrência;
- 11.4.3. Por dia de atraso quanto ao prazo de início do fornecimento, aplicação da sanção prevista no subitem 11.1.2., até o máximo de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato;
- 11.4.4. Por dia de interrupção do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação a esta Prefeitura: aplicação da sanção prevista no subitem 11.1.3., até o limite de 20% (vinte por cento) do valor mensal do Contrato, por ocorrência;
- 11.4.5. Por dia de atraso quanto ao cumprimento de quaisquer dos prazos estabelecidos no instrumento de Contrato, ou decorrente de determinação exarada pela Administração, excetuando-se a hipótese prevista no subitem 11.4.3.: aplicação da sanção prevista no subitem 11.1.3., até o limite de 10% (dez por cento) do valor mensal do Contrato, por ocorrência.
- 11.5. Na ocorrência de falhas ou irregularidades diferentes daquelas indicadas no item anterior, a Administração poderá aplicar à futura contratada quaisquer das sanções listadas no item 11.1, consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.
- 11.6. A critério desta Prefeitura e nos termos do art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93, as sanções previstas nos subitens 11.1.5. e 11.1.6 poderá ser aplicada cumulativamente com quaisquer das multas previstas nos subitens 11.1.2 a 11.1.4.
- 11.7. As multas previstas nesta cláusula, caso sejam aplicadas, serão descontadas por ocasião de pagamentos futuros ou serão pagas por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) pela futura contratada no prazo que o despacho de sua aplicação determinar.
- 11.8. As sanções fixadas nesta Cláusula serão aplicadas nos autos do processo de gestão do contrato, no qual será assegurado à futura contratada o contraditório e a ampla defesa.
- 11.9. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega dos produtos, se dia de expediente normal no órgão ou entidade interessada, ou do primeiro dia útil seguinte.
- 11.10. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na entrega dos produtos, a Nota de Empenho ou contrato deverá ser cancelada ou rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa.
- 11.11. A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstam a participação em licitação e a contratação, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:
  - 11.11.1. Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, a CONTRATADA permanecer inadimplente;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

- 11.11.2. Por até 12 (doze) meses, quando a CONTRATADA falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e
- 11.11.3. Por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a CONTRATADA:
  - 11.11.3.1. Praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da contratação; ou
  - 11.11.3.2. For multada, e não efetuar o pagamento.
- 11.12. O prazo previsto no item 11.11.3 poderá ser aumentado até 5 (cinco) anos.
- 11.13. O descredenciamento ou a proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores são sanções administrativas acessórias à aplicação de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, sendo aplicadas por igual período.
  - 11.13.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada à vista dos motivos informados na instrução processual, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
  - 11.13.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

### **CLÁUSULA DOZE – DA RESCISÃO**

- 12.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.
- 12.2. A rescisão deste contrato pode ser:
  - 12.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;
  - 12.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
  - 12.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 12.3. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 12.4. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 12.5. A CONTRATADA reconhece todos os direitos do CONTRATANTE em caso de eventual rescisão contratual.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.746/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017**CLÁUSULA TREZE – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E À PROPOSTA**

- 13.1. O presente contrato fundamenta-se:
- 13.1.1. Na Lei Federal nº 8.666/1993;
  - 13.1.2. Na Lei Federal nº 10.520/2002;
  - 13.1.3. Nos Decretos Municipais nº 1.897/2013;
- 13.2. O presente contrato vincula-se aos termos do Processo Administrativo nº 4.746/2017, especialmente à proposta do licitante, a qual fora consolidada em decorrência do Pregão Presencial n.º 043/2017.

**CLÁUSULA QUATORZE – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 14.1. Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou ao exercer qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renovação ou renúncia e nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo.

**CLÁUSULA QUINZE – DO FORO**

- 15.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Palmeira dos Índios/AL, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Palmeira dos Índios - Alagoas, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

**MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**

Contratante  
Júlio Cezar da Silva  
Prefeito

**SECRETARIA MUNICIPAL DE [...]**

Interveniente  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Secretário(a)

**EMPRESA [Razão Social da Empresa]**

Contratada  
Representante legal: [nome completo]  
Cargo

Instrumento de outorga de poderes [procuração/contrato social/estatuto social]



